**POSTURAS PROFISSIONAIS DO URBANISTA: O ATO DE CONHECER E DE PROPOR À LUZ DOS CONCEITOS DE “REIFICAÇÃO E DE “RECONHECIMENTO DE HONNETH**

LAP

Professora adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Tecnologia, da Universidade Federal da Paraíba (DAU/CT/UFPB)

lucianadospassos@hotmail.com

Resumo

Os conceitos filosóficos podem contribuir para revelar novas maneiras de estruturar o ato de conhecer e propor planejamento em áreas urbanas do interior do Nordeste brasileiro? Objetiva-se compreender o ato de conhecer o problema e de formular uma resposta no âmbito da elaboração do planejamento urbano. Especificamente, busca-se analisar as posturas do urbanista frente à incorporação da pesquisa (*research*) do território nos momentos de diagnóstico e de tomada de decisão no processo de planejamento urbano. Enfocam-se as posturas relatadas em bibliografias, no campo profissional do urbanista. Para tanto, adotam-se os conceitos de "reificação" e de "reconhecimento", sob a ótica do filósofo Axel Honneth. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que emprega a técnica de Análise de Conteúdo (AC) nos textos de autores (Jane Jacobs e John Forester) que relatam posturas de urbanistas frente às práticas de planejamento urbano. O resultado da análise aponta para o entendimento de que o ato de conhecer e de propor planos urbanos sugere a recusa a posturas retificantes (estereótipos, interesse seletivo) e, por outro lado, uma busca de posturas de reconhecimento (autoestima, respeito, múltiplos significados, pertencimento). Conclui-se que a relevância do momento da pesquisa (*research*) do território ultrapassa a instrumental podendo revelar dimensões imateriais (cargas existências e psíquicas do Outro) fundamentais para efetivar o compromisso do urbanista com uma “práxis participante” durante o ato de conhecer e propor.

Palavras-chave: urbanismo; postura; reificação; reconhecimento; sertão.

1. Introdução

O processo de planejamento é composto por diversas etapas. Cada etapa possui ações específicas para, por fim, consolidar-se em um plano. As informações que “abastecem” as etapas processuais são denominadas de “pesquisa” ou “*research*”.

A pesquisa corresponde a “experiências”, “fatores físico-sociais”, “estudos comportamentais”, ou mesmo oriundo do subconsciente do(s) urbanista(s). O entendimento é que esses tipos de pesquisa têm influencia relevante nas decisões, não apenas durante o processo de planejamento, mas também, antes do seu início, e, até mesmo, depois dele.

De forma geral, compreende-se que, na etapa anterior ao início do processo, realiza-se a pesquisa direta e a pesquisa indireta. As informações dessas pesquisas são coletadas e armazenadas, podendo ser aplicadas ao plano. Já durante o processo, a pesquisa pode inspirar, (re)definir ou testar (adequação, funcionalidade) conceito(s); analisar opções de projeto; gerar critérios de planejamento ou princípios gerais de desenho urbano. (MILBURN & BROWN: 2003).

Portanto, a recepção e a compreensão (racional, cognitiva, emocional ou intuitiva) do contexto e das demais informações, decorrentes da pesquisa (*research*), subsidiam as avaliações, os testes, o desenvolvimento de ideias e a proposição que tem o intuito de solucionar problemas (considerando suas diferenças situacionais). Com isso, há uma contribuição das informações da pesquisa tanto diante do ato de conhecer (investigação) quanto do ato de propor (tomadas de decisões).

Além da importância da pesquisa, vale ressaltar também a relevância das relações objetivas, subjetivas e intersubjetivas frente ao ato de conhecer e de propor. A relação objetiva do projetista com o território constrói-se, por exemplo, quando se formula, a partir do ato de conhecer, um “saber específico para aquele caso e potencialmente genérico para outros que, devidamente organizado e sistematizado, poderá ser contribuição significativa para o conhecimento e prática da arquitetura” (MARQUES, 2016: p.5), e também, do urbanismo.

Por sua vez, as relações subjetivas verificam-se, para exemplificar, quando o projetista interpreta o objeto (recepção de imagens e textos, diagnósticos) ou compreende um contexto (produção de imagens e textos, propostas). Já as relações intersubjetivas ocorrem no campo profissional do urbanista, por exemplo, no diagnóstico e propostas apresentados nas audiências públicas.

Essas relações objetivas, subjetivas e intersubjetivas estão diretamente vinculadas às posturas do(s) profissional(is). Há uma busca pelo valor próprio, pelo significado do lugar? Há interesse em relação aos desejos, atitudes ou razões para o agir do Outro? Os projetistas negam, ignoram ou reconhecem especificidades locais? Há interesse e preocupações com a origem dos problemas do meio físico ou socioeconômico? Ou existem preconceitos ou esteriótipos que conduzem a interpretações equivocadas do contexto analisado?

Inserido nesse debate, este artigo apresenta alguns questionamentos: quais as posturas adotadas na prática profissional e acadêmica de elaboração de planos urbanos? Os conceitos filosóficos podem contribuir para revelar novas maneiras de estruturar o ato de conhecer e propor planejamento em áreas urbanas do interior do Nordeste brasileiro?

Assim, objetiva-se compreender o ato de conhecer o problema e de formular uma resposta no âmbito da elaboração do plano urbano. Especificamente, busca-se analisar as posturas do urbanista frente à incorporação da pesquisa (*research*) do território nos momentos de diagnóstico e de tomada de decisão no processo de planejamento urbano.

Para tanto, empregou-se a técnica de Análise de Conteúdo (AC) de caráter qualitativo, em textos de autores que relatam posturas do urbanista frente às práticas de planejamento urbano. O que resultou na identificação de três casos exemplificativos de elementos de posturas profissionais reificantes no ato de conhecer e propor sobre o urbano - relatados no clássico “Morte e Vidas de Grandes Cidades”, escrito por Jane Jacobs e publicado em 1961. Assim como, foi possível extrair trechos textuais com elementos de posturas de reconhecimento encontrados no livro de “Dealing with Differences”, escrito por John Forester e publicado em 2009.

Os elementos textuais identificados foram compreendidos à luz dos conceitos de “reificação” e de “reconhecimento”, sob a ótica do filósofo Axel Honneth. Na esfera filosófica, Honneth (2007) define dois tipos de duas posturas opostas fundamentadas nos conceitos de reificação e de reconhecimento. A postura reificante seria o “‘esquecimento’ do reconhecimento” prévio, dos valores e preocupações com o meio identificados *a priori*. Por outro lado, a postura de reconhecimento percebe as pessoas e os objetos como algo qualitativo, pleno de significados existenciais ou psíquicos, com interesse no agir e pensar do Outro.

2. Reificação e Reconhecimento no Ato de Conhecer

O conceito de reificação, emergente nas décadas de 1920 e 1930, transformou-se ao longo do tempo, mas, de acordo com Honneth (2007) podem ser enquadrados em duas interpretações: como um estado de ânimo; ou como uma distorção da práxis de vida ou patologia do comportamento humano.

A primeira interpretação do conceito de reificação, como estado de ânimo, foi atribuída, por Honneth (2007), ao filósofo Georg Lukács, que a aplicou como diagnóstico socioeconômico do momento histórico de crescente desemprego, crise econômico e opressão aos trabalhos. Em 1925, publicou o conceito “reificação” para espelhar a reversão à expressão do amor ao ofício do artesão e às coisas produzidas por eles em uma ação puramente instrumental, fria e calculada de produção do trabalho. O ser humano estaria submetido à essa reversão devido ao contexto econômico-social da época que conduziria a perda da expressividade pela sua atividade laboral e pelas coisas.

Define-se nessa interpretação, portanto, a reificação como aquela situação onde o ser humano percebe a si mesmo e ao outro como um esquema de objetos, coisas. Trata-se de uma postura que atribui um caráter de coisa a algo que não possui essa propriedade. (Honneth, 2007).

E, ainda, Lukács, de acordo com Honneth (2007) caracteriza como postura reificante àquela atitude humana “contemplativa” da sua própria existência e da sociedade, onde não se participa ativamente das ações de seu entorno, considerando-se um observador isolado e neutro. Denominando-se também de um ato de “indolência”, quando o sujeito não se afeta emocionalmente diante do acontecimento social, exibindo uma conduta desapaixonada ao extremo.

A segunda interpretação relaciona a reificação à uma distorção perene da práxis de vida ou a uma patologia do comportamento humano onde o sujeito trata a si mesmo ou ao Outro como objetos inanimados, isentos de sensibilidade ou de intenção de tomada de perspectiva, utilizando-os como instrumentos para aproveitamento econômico (característica própria do modo de vida capitalista) ou para solucionar uma questão pessoal em âmbito social.

Essa interpretação relaciona-se reificação com a tendência crescente a simular desejos ou sentimentos, por oportunismo, como “automanipulação emocional”, onde experiências vivenciadas pelo Outro são expressas como componentes da própria personalidade de quem simula - a exemplo de situações jornalísticas que adotam emoções fingidas pelo profissional, por conveniência.

Nesse sentido, a postura reificante compreende aqueles hábitos em que “outros sujeitos não são tratados de acordo com suas qualidades humanas, mas sim como objetos insensíveis, inertes, ou seja, coisas ou mercadorias” e que envolvem fatos como “barriga de aluguel”, “mercado de relações amorosas”, “indústria do sexo”. Ou mesmo aquelas situações em que os resultados de estudos científicos desconsideram as qualidades do ser humano, tratando-o como uma coisa. (HONNETH, 2007).

Logo, vê-se na postura reificante, a ausência da atitude de reconhecimento de si ou do Outro. Contudo, Honneth, acrescenta que a reificação é mais do que a oposição ao reconhecimento, trata-se de uma relação entre reconhecimento e conhecimento. Utilizando-se a expressão de Honneth, a postura reificante seria o “’esquecimento’ do reconhecimento” prévio. Um processo onde, no ato de conhecer as pessoas e a natureza, perde-se a consciência prévia e a implicação do sujeito.

Para explicar essa atitude de “esquecimento do reconhecimento” prévio, Honneth (2007) reporta-se às reflexões de John Dewey de que toda compreensão racional da realidade, no primeiro momento, há um compromisso prático, uma interação harmoniosa e fluida do sujeito com o mundo, aportando um valor próprio que leva a estar preocupados com o meio. Existindo, portanto, um interesse existencial pelo mundo humano e não-humano (plantas ou mesmo elementos inanimados), uma identificação do caráter valioso do meio, ou seja, uma atitude de “reconhecimento” deste.

No entanto, na postura reificante do ato de conhecer, perde-se essa “experiência qualitativa de interação” (expressão cunhada por Dewey), identificada previamente, podendo até mesmo ocorrer uma negação posterior deste reconhecimento original.

Mas como isso é possível? Como uma a ação de reconhecimento prévio pode ser esquecida no processo de conhecer? Honneth define dois exemplos para explicar esse processo de reificação. No primeiro exemplo, o sujeito persegue um objetivo e relega completamente a um segundo plano “todas as outras circunstâncias situacionais” reconhecidas previamente. Trata-se de uma unilaterização do conhecimento, onde “as partes envolvidas em uma situação de intercâmbio ou inter-relação só logram aproveitamento de caráter quantitativo”. Honneth cita como exemplo a situação em que, durante os esforços científicos, há o esquecimento dos momentos de origem existencial pelos quais se iniciaram. E, nas palavras do autor: “O entorno social parece uma totalidade de objetos puramente observáveis que carecem de toda emoção ou sensação” e, “a mera observação do Outro se converte em um fim em si mesmo tal que toda a consciência de uma relação social prévia se extingue”. No segundo exemplo, efetua-se uma série de pensamentos preconceituosos ou estereotipados que conduzem a uma interpretação seletiva, ou mesmo incompatível, dos fatos sociais, impondo uma negação do reconhecimento prévio. (HONNETH, 2007: p. 96-97).

Por outro lado, para se realizar um conhecimento não afetado pela reificação, Honneth reporta-se ao conceito de Lúckas de “práxis da implicação” (participação voluntária), onde “o sujeito ativo deve ser concebido como ‘presenciante’, como ‘unidade orgânica’, e como ‘cooperativo’, percebendo as pessoas e os objetos como algo ‘qualitativamente único’ ou ‘essencial’, como “algo definido em seu conteúdo”.

Na práxis com qualidade de participação e interesse existencial, as pessoas impõem uma carga existencial às coisas que as rodeiam, uma multiplicidade de significados existenciais ou psíquicos, o que conduz o sujeito a se preocupar com os significados múltiplos da situação observada.

Essa perspectiva participativa caracteriza-se pelo interesse nos desejos, atitudes e reflexões como razões do agir do Outro, ou seja, uma tomada de perspectiva do Outro e a compreensão da ação do Outro. Ademais, identificam-se previamente as expressões de conduta, de sensação, afetiva ou de reação do Outro como significativa para interpretação do mundo de sensações do sujeito. E ainda, em relação ao entorno físico, apreende-o em seu valor qualitativo antes de se estabelecer com ele qualquer relação teórica.

3. Relatos de Posturas Reificantes e de Reconhecimento no Debate sobre o Urbano

As posturas reificantes no âmbito da intervenção do urbanista na cidade podem ser identificadas em relatos pesquisados em estudos acadêmicos. Este artigo cita três exemplos da literatura acadêmica do urbanismo identificados no clássico “Morte e vida de grandes cidades”, escrito por Jane Jacobs, famoso pela crítica às decisões de planejamento e desenho urbano modernos sob a ótica das “coisas comuns e cotidianas” (JACOBS, 2000: p.1)

No primeiro exemplo extraído do livro, podem-se identificar elementos de uma postura reificante no ato de conhecer e propor sobre o urbano. Uma das situações descrita por Jane Jacobs refere-se ao diálogo que ela teve com um amigo planejador urbano de Boston, no bar-restaurante de *North End*. Ela cita as palavras dele sobre o bairro visitado por eles na ocasião:

Costumo vir até aqui só para andar pelas ruas e sentir esse clima maravilhoso das ruas, alegre. Olhe, se gostou daqui agora, precisa voltar no verão. Você ficaria doida por este lugar no verão. Mas claro que a gente vai ter de acabar reurbanizando o bairro. Temos de tirar essas pessoas das ruas. (JACOBS, 2000: p.09).

Para Jane Jacobs, os “instintos” do amigo diziam que *North End* *“era um ótimo lugar, e suas estatísticas sociais reafirmavam isso. Porém, tudo o que ele havia aprendido como urbanista sobre o que é bom para o povo e bom para os bairros, tudo o que fazia dele um especialista, dizia-lhes que o North End tinha de ser um lugar ruim”.* (JACOBS, 2000: p.09).

Ora, o amigo apreendeu o caráter qualitativo do meio físico, o caráter único do local, ou seja, obteve um reconhecimento prévio do meio físico e social, no entanto, ele permitiu que seus atos fossem governados por um sistema de convicções (soluções técnicas urbanísticas) que impôs uma negação posterior desse reconhecimento original. Ele apontou solução técnica (reurbanização) que negou a sua interação qualitativa de origem, “esquecendo” dos momentos de “origem existencial” pelos quais se iniciaram sua percepção do local e concentrando seu conhecimento no objetivo científico (plano de reurbanização), como “um fim em si mesmo”.

No segundo exemplo, em um trecho do texto que Janes Jacobs trata do tema sobre *“a fascinação das crianças pela vida nas ruas”*, ela destaca que esse ato cotidiano foi constatado *“há muito tempo por especialistas em recreação”*, mas, *“geralmente com desaprovação”*. E comprova essa afirmação com o trecho do relatório da Associação de Planejamento Regional de New York:

A análise detida em várias cidades num raio de 400 metros ao redor de playgrounds, sob um espectro amplo de situações, mostra que cerca de 1/7 da população infantil e de 5 a 15 anos de idade se encontra nesses locais (...). O chamariz da rua é um concorrente (...). O playground deve ser bem administrado para ter êxito na competição com as ruas, cheias de vida e aventura. A capacidade de tornar as atividades do playground tão irresistivelmente atraentes a ponto de tirar as crianças da rua e manter seu interesse dia após dia é uma qualidade rara nos recreadores, e ela deve associar personalidade e especialização de alto nível. (JACOBS, 2000: p. 92-93).[grifo nosso]

Nas palavras da autora, o “*relatório deplora a tendência inflexível das crianças de ‘vadiar’, em vez de jogar ‘jogos reconhecidos’ (reconhecidos por quem?)”*. Trata-se, portanto, de uma postura reificante, onde se reconhece previamente as qualidades do meio físico e social - “as ruas cheias de vida e aventura” –, mas se perde a atenção à essa característica percebida na origem. Ou seja, reconhece previamente, mas não consegue apresentar resposta a observação de origem, inclusive, negando a qualidade que se revelou intuitiva e anteriormente para ele. Ou seja, no reconhecimento posterior, os recreadores de “qualidade”, “personalidade” e “especialização de alto nível” são aqueles que buscam o “êxito na competição com as ruas”, o triunfo em “tirar as crianças da rua”.

O terceiro exemplo encontrado no texto de Jane Jacobs está no capítulo sobre a revitalização urbana - especificamente sobre a erradicação “pura e simples” dos cortiços e de sua população, sem reconhecer processos de recuperação, substituindo-os por conjuntos habitacionais. A autora menciona a edição de fevereiro de 1959 da publicação do Instituto Americano de Urbanistas, escrito por Herbert Gans, sociólogo da Universidade de Pensilvania. O foco da publicação era a zona de cortiço *West End* de Boston que estava às vésperas de sua demolição. Contudo, ela ressalta a declaração do sociólogo que o West End *“apesar de tido pelas autoridades como ‘uma zona de cortiço’, poderia ser descrito com mais propriedade como uma ‘área de baixa renda estável’”.* E ainda, quanto a caraterização: *“se se define uma zona de cortiços como um lugar que ‘devido à natureza de seu meio social pode provocar problemas e perturbações’ então o West End não é uma zona de cortiços”* (JACOBS, 2000: p. 303).

Além de mencionar essa polêmica caracterização da área por parte das “autoridades” - a qual associa cortiço a um lugar com problemas e pertubações - Jane Jacobs também destaca o não-reconhecimento do processo de recuperação em que se encontrava a área enfatizado pelo sociólogo: *“ele menciona a ligação intensa dos moradores com o distrito, seu controle social informal bastante avançado, o fato de muitos moradores terem modernizado e reformado o interior dos apartamentos – todas elas características típicas de zonas de cortiços em fases de recuperação”* (JACOBS, 2000: p. 303). Ou seja, se estava em fase de recuperação, não deveria estar às vésperas de ser demolido.

Os pensamentos preconceituosos ou estereotipados - como “rotular”, como zonas de cortiços, áreas em fase de mudanças na dinâmica socio-espacial - podem ser entendidos como parte de uma postura reificante. Assim como, adotar esses pensamentos com o propósito de uma interpretação seletiva, tendo como objetivo uma intervenção urbana, também compreende um ato de reificação. Não há interesse, no exemplo citado, de se fomentar o ato de conhecer o objeto, ou de propor, em seu caráter qualitativo.

Por outro lado, no tocante aos exemplos de posturas de reconhecimento no âmbito da intervenção do urbanista, este artigo faz referência a dois, encontrados no livro de John Forester “*Dealing with Differences”* (2009).

A experiência de Gordon Sloan, responsável pelo processo de planejamento territorial para Vancouver Island, Canadá, é o primeiro exemplo extraído do livro. De acordo com Forester (2009), Sloan convidou as pessoas para participarem do processo de elaboração do planejamento. Como retorno, ele recebeu grande demanda de diversos grupos, com mais de 1000 fontes documentais distintas. Ele organizou as perspectivas mais ou menos semelhantes, sistematizando-as em catorze segmentos (governantes, empresários, indígenas, operadores do turismo, ambientalistas, mineradoras, agricultores etc). Em reuniões, por segmento, realizadas separadamente, Sloan identificou grupos opositores que não confiavam uns nos outros, e relatou sobre essa desconfiança mútua a eles para que percebessem a existência desse pressuposto que uns detinham sobre os outros, e que deveria ser desmontada.

Ele também, após observar que os grupos tendiam a “cristalizar” seus próprios interesses, estimulou os segmentos - por meio de orientações aos grupos e condução dos debates - a saírem das suas “bases” e iniciarem a identificação mais específica de suas “necessidades, desejo, preocupação, medo, aspiração, expectativa”, uma vez que esses dados deveriam estar muito claros para eles no momento da negociação. O objetivo era fazer com que os segmentos aprendessem sobre eles mesmos, seus “meios” e “fins”, juntos, para, posteriormente, orientar os participantes a compreenderem que deveriam construir soluções conjuntas que acomodassem, mas não comprometessem, os interesses de todos. Interessava dissipar algumas de apreensões sobre os outros e modificar níveis de reconhecimento entre eles.

Para Forester (2009: 25-27), a postura de Sloan foi de um mediador, não de um especialista técnico que repreendeu uma opinião, ou cumpriu meramente um procedimento burocrático, ou mesmo adotou o papel de juiz, julgando opiniões e apresentando soluções prontas. Assim como, tentou-se "lidar com as diferenças" entre diversos grupos que “sentaram-se à mesa” para negociar questões conflituosos relativas ao uso da terra e dos recursos ambientais e econômicos. A postura do mediador, portanto, foi despertar a percepção dos segmentos sobre si (suas próprias prioridades) e sobre o Outro, preparar os caminhos do “ouvir” e “falar”, e acomodar diversos interesses a partir da criação (ou desenho) de opções de benefícios mútuos.

Logo, nesse exemplo, é notória a práxis participante do planejador e o interesse existencial pelo Outro, pelas cargas existenciais ou psíquicas da situação. Uma postura de reconhecimento evidenciada no interesse do mediador em compreender a multiplicidade de significados, de valores, e de interesses (desejos, atitudes e reflexões) como razões do agir do Outro, ou seja, uma tomada de perspectiva do Outro e a compreensão da ação do Outro.

O segundo exemplo de postura de reconhecimento, encontrado no livro de Forester, é o caso da experiência de mediação de Stephen Thom, como representante do governo, no sul da Califórnia. Na ocasião, um empreendedor queria construir 100 ou mais casas novas em um sítio que abrigava um cemitério de ancestrais de tribos americanas locais. Os líderes das tribos se opuseram ao projeto uma vez que consideravam a terra sagrada. Nas primeiras reuniões públicas para discutir o licenciamento, Stephen Thom ouviu as partes interessadas na questão urbana. De um lado, os representantes tribais quiseram tentar evitar que o terreno sagrado fosse escavado ("não toque na terra - é sagrada"), do outro, os empreendedores queriam aprovar a construção das casas ("vamos pegar as pás"). Enquanto isso, os veteranos de guerra procuravam terreno para construir casas para eles. Tratava-se, então, da terceira parte interessada na área. E, para os governantes, havia interesse em ter uma casa de veteranos por lá uma vez que havia uma base militar naquela área - um grande distrito eleitoral.

Sendo assim, apesar de interesses conflitantes, a mediação possibilitou apreender algo surpreendente para a negociação: os líderes tribais concordavam com a ideia de ter uma casa de veteranos na área, pois gostaram do conceito de ter um lugar para pessoas idosas, porque isso proporcionava o respeito à terra sagrada. Então, os veteranos e os líderes tribais apoiaram as agendas uns dos outros, resultando em uma proposta de construção de casas para os veteranos e a construção de um memorial dos nativos americanos, nesse mesmo sítio, o qual daria algum tributo aos nativos americanos. Uma proposta que se mostrou respeitosa para ambos os grupos.

Os empresários não fizeram objeção em doar áreas para as casas dos veteranos, desde que o saldo de habitações a serem construídas aumentasse para cento e e vinte. Assim, no acordo definiu-se que a área para as casas dos veteranos seriam um critério claro para aprovar o empreendimento. E o Estado aplicaria dinheiro na construção das casas dos veteranos, assim como concordaria com a demanda das tribos.

Para Forester, essa disputa foi vista inicialmente como irreconciliável, “escavar ou não?”; “deixar a terra sagrada intocada ou construir uma nova habitação nela? ”. O conflito inicial era: “mercado de terra versus terra sagrada”. Era visível, o choque de interesses, ou talvez até modos de vida. A mediação, contudo, revelou possibilidades de satisfazer os interesses (e talvez os modos de vida) de cada um dos adversários aparentes. E o mais importante, as expectativas iniciais de irreconciliação desabaram, surpreendendo a todos o surgimento de possibilidades não imaginadas a priori. Forester observa que o mediador, deve ser mais “curioso”, assim como, mesmo se sentindo diante de um provável impasse, ou interesses aparentemente irreconciliáveis, deve-se manter motivado a alcançar os resultados mutuamente benéficos.

Assim, para Forester, o profissional diante das “lutas de poder, interesses e identidade” pode se manter “presunçoso ou cego (ou ambos) ”, impedindo-o de “encontrar opções e possibilidades que realmente funcionem para as pessoas envolvidas”. No entanto, pensamentos estereotipados ou preconceituosos, devem dar lugar as posturas de reconhecimento, obtidas pela adoção de abordagem “mais curiosa”, “mais preocupada”, “mais interessada” sobre os Outros e sobre o mundo.

**Conclusões**

Os elementos textuais compreendidos à luz dos conceitos de “reificação” e de “reconhecimento”, sob a ótica do filósofo Axel Honneth, revelaram tanto posturas reificantes quanto posturas de reconhecimento nas práticas do urbanista.

Os relatos de Jane Jacobs sugerem a existência de postura reificante na medida em que o urbanista pode apreender o caráter qualitativo do meio físico, o caráter único do local - ou seja, obter um reconhecimento prévio do meio físico e socioeconômico - no entanto, seu sistema de convicções (soluções técnicas urbanísticas) pode conduzir a uma negação posterior desse reconhecimento original. Pode-se indicar uma solução técnica que nega a interação (prévia) qualitativa do projetista com o lugar, “esquecendo” dos momentos por onde se iniciaram sua percepção do local. Logo, o reconhecimento prévio do lugar é esquecido e o conhecimento produzido pelo profissional é então dirigido para o seu objetivo final: o plano urbano, como “um fim em si mesmo”.

Assim como, também se identificou como postura reificante, a adoção de pensamentos preconceituosos ou estereotipados (como “rotular”, como zonas de cortiços) e de interpretar de forma seletiva tendo como objetivo uma intervenção urbana ("rotulando" de cortiço com o propóstio de removê-los). Isto é, não havendo interesse de se fomentar o ato de conhecer o objeto, ou de propor, em seu caráter qualitativo.

Como postura de reconhecimento, os relatos de John Forester demonstram uma práxis participante do planejador como um mediador interessado pelo Outro, pelas cargas existenciais ou psíquicas da situação. Um profissional preocupado em compreender a multiplicidade de significados, valores, desejos, atitudes e reflexões (como razões do agir do Outro).

Além disso, verifica-se posturas de reconhecimento obtidas pela adoção por parte do profissional de uma abordagem “mais curiosa”, “mais preocupada”, “mais interessada” sobre os Outros e sobre o mundo.

A expectativa é que essa práxis participante se estenda do ato de conhecer e de propor às mais diversas competências desse urbanista comprometido em contribuir na reflexão, formulação e aplicação propositiva de saídas para os desafios profissionais apresentados pela sociedade contemporânea.

**Referências bibliográficas**

FARIAS, Savina Brito de. *Uma Proposta de Parque Urbano: o Caso do Açude Recreio – Caicó/RN.* Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), junho de 2016.

FORESTER, Forester. *Dealing with Differences*: Dramas of Mediating Public Disputes. Oxford: University Press, 2009.

HONNETH, Axel. *Reificación*: un estúdio en la teoria del reconocimiento. Buenos Aires: Katz, 2007.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARQUES, Sergio Moacir. *O Ensino do Projeto de Arquitetura e Urbanismo no Final do Curso*: uma Reflexão Propositiva para os Trabalhos Finais de Graduação. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Prebisteriana Mackenzie. São Paulo. 2016. Disponível em:<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/index> . Acesso: janeiro de 2018.

MILBURN, Lee-Anne S.; BROWN, Robert D. *The Relationship between Research and Design in Landscape Architecture.* Landscape and urban planning, v. 64, n. 1, p. 47-66, 2003.